

GESTÃO DE CLUBES EM SÃO PAULO NA ERA AMADORA E SUAS DIFICULDADES NA TRANSIÇÃO PROFISSIONAL

STÊNIO DIAS RAMOS¹

Tem-se a impressão de que a organização de clubes de futebol entre os anos 1920 até os anos 40 era radicalmente diferente da que temos hoje em nosso futebol “globalizado”. Porém, no Brasil existem exemplos de práticas administrativas que perpassam os tempos até chegar aos dias de hoje, e especialmente no caso do campeonato estadual de São Paulo – lugar considerado até hoje como o do “maior torneio regional do país” – tais práticas são levadas em conta não apenas em relação à gestão interna desses clubes na manutenção desse “status quo” como também na organização das federações amadoras e profissionais (Liga Paulista de Football – LPF; Associação Paulista de Esportes Atléticos – APEA; Liga Amadora de Football – LAF; e Federação Paulista de Football - FPF), para que esta ordem permaneça operante, se não dominante, no futebol do estado e do país desde então.

O que se pretende aqui é verificar em que medida os clubes de São Paulo mudaram ou não seus meios de associação e manutenção quando da transição da era amadora para a era profissional do futebol brasileiro e quais foram os embates entre as duas concepções organizativas antes e após a institucionalização do caráter jurídico profissional dos jogadores e clubes de futebol em 1933. De modo geral, é preciso que se questione qual seria a relação entre as possíveis fontes de subsistência desses clubes e como se dava a manutenção de suas associações, e de que maneira algumas delas conseguiram permanecer até hoje tendo mudado muito pouco seus meios de manutenção, apesar de todas as transformações sofridas pelo futebol profissional. Além disso, é preciso considerar os obstáculos e exigências para se estabelecerem nas Ligas Oficiais (as ligas de elite) desse período em contraposição aos chamados times “da várzea”.

Para compreender os pontos convergentes ou divergentes entre esses dois modelos de clubes vigentes em São Paulo até o fim dos anos 1920, é importante primeiramente destacar o que seriam as tais “Ligas Oficiais”. Considerando o início da prática futebolística em São Paulo em 1895 e o princípio da sistematização das competições entre os clubes com o primeiro Campeonato Paulista no ano de 1902 organizado pela LPF – campeonato este que contou majoritariamente com clubes da cidade de São Paulo por todo o período amador –, esse início da prática desportiva foi compartilhado em locais como a Várzea do Carmo, onde hoje é o Mercado Municipal da cidade, e o Velódromo na região da hoje Praça Roosevelt. Este último era usado prioritariamente para os jogos competitivos dos clubes que disputavam as competições de então, sendo os clubes frequentadores deste espaço, dotado de alguma estrutura para recebimento do público, os chamados de “oficiais” naquele período.

¹ Mestrando em História do Teatro – Departamento de Artes Cênicas – Escola de Comunicações e Artes/USP

Considerando que por muito tempo “se tornou difícil manter uma distinção (de classes) na ocupação do espaço urbano” da cidade de São Paulo, causando “confusão entre os espaços sociais de cada grupo” (MACHADO DA SILVA, 2014, p.34), essa separação que hoje nos parece evidente não foi posta de maneira imediata nem institucionalizada por uma ordem escrita expressa, mas ocorreu em um lento e gradual processo de separação física entre os frequentadores de um e de outro espaço de prática desportiva, com realces da mídia à etiqueta e regras com que se organizavam para assim criar uma hierarquização social entre os “finos” que iam ao Velódromo e os “brutos” que, com a crescente e irrefreável popularização do futebol, começavam a ocupar não apenas o Carmo, mas a “várzea” de dezenas de outros rios e outros terrenos em localidades como a Barra Funda, o Bom Retiro, o Brás e a Móoca, por onde se espriavam os imigrantes não abastados recém-chegados à cidade.

O organograma dessas agremiações trazia como composição padrão de suas diretorias nesse início do futebol em São Paulo uma hierarquização verticalizada formada por *Presidente*, *Vice-Presidente*, *Secretários* (que despachavam diretamente junto aos dois primeiros cargos), *Comissão de Sindicância*, *Tesoureiro* e *Conselho Fiscal*. No âmbito esportivo, também era designado junto aos cargos de diretoria quem ocuparia o cargo de *Diretor Esportivo* (técnico) e *Capitão* em campo. Todos eram “voluntários”, ou seja, não recebiam salários por suas funções segundo os estritos códigos do amadorismo, e as profissões principais dos jogadores variavam entre empregos de escritório como funcionários “de fachada” de clubes “oficiais”, de onde recebiam algum ordenado através dos “bichos”² – prêmios pagos por bons resultados nas partidas competitivas que podiam variar de 50 a 100 mil réis³–, a majoritariamente operários, comerciantes e bancários entre os demais clubes.

Pode-se pensar quais eram os clubes que efetivamente pagavam prêmios em montantes que fugiam do ordenado médio daquele período histórico, assim como quem eram os patrocinadores de tais bonificações. Uma maneira de se considerar essa questão é que a manutenção e promoção de suas atividades, quer fossem esportivas ou recreativas, também era um fator que ajudava na hierarquização dos clubes. Nesse caso, os clubes se constituíam majoritariamente como “grêmios esportivos” ou “associações para fins sociais” segundo a classificação vigente de que o grêmio estaria relacionado majoritariamente à prática desportiva, enquanto nas associações o esporte não era a sua atividade-fim mas um entre outros meios de integração social, como os festivais culturais promovidos por sindicatos e grupos anarquistas que já traziam esse modelo de organização interna da Europa, e festas das paróquias católicas da região onde estavam situados.

² Segundo Anatol Rosenfeld (apud CALDAS, 1990) o “bicho” nos primórdios do amadorismo “motivava os jogadores a se empenharem mais durante o jogo (...) tendo o mérito de abrir as portas do futebol para (uma idéia de) profissionalismo.” (p. 86). Joel Rufino dos Santos concorda que, com essas gratificações, “o profissionalismo “de fato” precedeu o legal” (1981, p.46)

³ valor maior do que gratificações pagas a operários em períodos de greve e conflitos; consta que no caso da fábrica Alparagatas, essas complementações chegavam a 13 mil réis nesses casos (CHAVES, 2006,p.74)

Contudo, a organização interna dos clubes de um ou outro estrato social não era muito diferente entre si, pois além da prática do futebol eles funcionavam em sua imensa maioria como associações de bairro, gerando assim forte vínculo com suas comunidades muitas vezes formadas por diferentes agrupamentos sociais – particularmente imigrantes de diferentes origens, mas também trabalhadores nativos e migrantes de outras regiões do país – , promovendo seus bailes, festivais religiosos, cinema, teatro e declamações de poesia como um componente da “herança política e religiosa que não desapareceu por completo com o novo contexto desportivo (dos clubes)” (2014, p.38). Era, portanto, a coesão dos membros e distintos grupos interessados em promover as atividades sociais dos clubes a maior responsável por ajudar ou não a que o mesmo pudesse se manter á longo prazo. Na tabela abaixo, apresentamos como era a organização desses times e de seus jogadores nas diferentes modalidades de clubes apresentados:

ORGANIZAÇÃO DOS TIMES EM CLUBES “OFICIAIS” – DA ELITE E DE “VÁRZEA” – OUTRAS DIVISÕES		
	CLUBES “OFICIAIS”	CLUBES DE “VÁRZEA”
MONTAGEM DOS TIMES	Composição de “primeiro” e “segundo” times (aspirantes)	Além do primeiro e do time de aspirantes, também costumam ter um terceiro time
CONVOCAÇÃO DOS JOGADORES	Chamadas nos murais e eventos da sede social dos clubes (anúncios nos jornais eram mais raros)	Chamada para treinos e jogos com anúncios nos jornais de maior circulação (anúncios na sede como complemento)
PARTICULARIDADES DE CADA TIPO DE CLUBE	Composição de times juvenis (notoriamente a partir dos anos 1920)	Chamadas recorrentes de órgãos estatais para comunicação da localização de suas sedes

Fonte: jornal A Gazeta (período 1915 a 1930)

Nas associações, as mensalidades de seus membros junto com pagamentos realizados por jogadores que também seriam “sócios” do clube eram a grande fonte de receita para sua manutenção. Muitos deles mantinham sede social própria e corpo estável de sócios independente de entrarem nas ditas “ligas oficiais”, ainda que alguns posteriormente tenham se associado à federação futebolística principal de cada período. Porém, a composição social dos times para as competições as quais participavam – quer fossem as “oficiais” ou de “várzea” – era condizente com o grau de mobilização que mantinham com suas comunidades e com os que estavam além dela. Assim, um clube que tivesse uma presença social mais marcante não apenas no seu entorno, mas em toda a cidade, teria maior chance de angariar simpatias que se converteriam em crescimento tanto no número de “*supporters*” (os torcedores ocasionais) como na adesão de sócios, estando mais próximo ao que seria o modo “moderno” de encarar o futebol já naquele período. E essas diferentes visões eram antagonizadas por clubes como o Paulistano e o São Paulo Athletic Club, mais tradicionais, e outros mais abertos como Corinthians, Palestra Itália (hoje Palmeiras) e Ypiranga.

Quanto às federações que organizavam o futebol de São Paulo no início do século XX, houve por um bom tempo uma disputa entre a LPF, fundada originalmente em 1901 e que organizou o torneio paulista a partir do ano seguinte, e a APEA, fundada em 1913 por uma dissidência motivada e liderada pelo Paulistano – um dos fundadores da LPF. Essa movimentação do Paulistano contra a LPF ocorreu “a partir da entrada (na federação) de clubes oriundos da várzea como o Corinthians” (MACHADO DA SILVA, 2015, p.299), algo não bem visto por eles, e pela reiteração de um discurso do clube contra o pagamento do “bicho” em quaisquer circunstâncias, o que este considerava que fazia o futebol “caminhar para a modernidade e o profissionalismo (...) contrariando o espírito introduzido pelo Paulistano (que) sem receio algum, pode fazer o *club* se gabar de ter concorrido para o desenvolvimento do *football* em São Paulo” (2015, p.299/300).

A organização das duas entidades construiu-se quase da mesma forma que os clubes dentro da estrutura amadorística vigente, porém com algumas pequenas diferenças entre si. No estatuto da LFP (GAMBETA, 2014), constava no artigo 2º que a federação era composta internamente por *Diretoria (Presidente, Vice, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros)* e *Conselho*. Esse Conselho, formado por um representante indicado por cada clube filiado, teria uma função primordialmente de zelo às questões futebolísticas (observância das regras e punições – artigo 6º) e de organização da coesão interna entre seus membros, ficando a parte administrativa a cargo da Diretoria que levava regularmente às Assembléias Gerais decisões mais delicadas que necessitavam de dois terços de votos dos membros filiados (artigo 7º, parágrafo 1º). Já a organização da APEA, composta 12 anos depois, era com *Diretoria (Presidente, Vice, 1º e 2º Secretários, Tesoureiro)*, *Conselho Fiscal*, *Conselho de Sindicância* e *Conselho de Justiça*, em uma composição com uma subdivisão mais específica sobre as funções de cada parte (o Fiscal cuidava das receitas; o de Justiça, das punições aos clubes; e a de Sindicância, da situação dos jogadores).

Cabe aqui frisar principalmente o papel da dita Comissão de Sindicância dentro da estrutura da APEA. Waldenyr Caldas (1990) chega a afirmar que “diferente da entidade carioca – a AMEA –⁴, a paulista nunca criou nenhuma Comissão Permanente (para esse fim) numa atitude muito mais policial que administrativa, (...) um clima muito menos repressivo se comparado com a tirania estabelecida (no Rio).” (p.122) A verdade é que a Comissão de Sindicância em São Paulo existia com um propósito muito semelhante ao que foi criado por sua congênere carioca, onde junto à “lista completa dos jogadores deveriam constar grau de escolaridade e o endereço e nome da empresa onde trabalhava o atleta.” (p.84). A entidade carioca poderia investigar a qualquer momento, sem aviso prévio, o quanto quem pretendia atuar em um time da federação não praticava “profissionalismo de fachada”, recebendo algo além dos “bichos” tolerados.

⁴ Waldenyr Caldas fala da federação de futebol do Rio de Janeiro fundada em 1924 e que se espelhava na APEA como modelo administrativo na defesa da “permanência do futebol amador.” (1990, p.121)

No entanto, mais do que uma diferença na formação e no intuito das Comissões de Sindicância de ambas as entidades, existia uma diferença primordial entre elas na ação de fiscalização. Enquanto no Rio de Janeiro, a Comissão excluía automaticamente um jogador se percebesse alguma incongruência nas informações relatadas anteriormente, em São Paulo a mesma Comissão convocava os jogadores à sede da federação para esclarecimentos. Nesse sentido, a Comissão de Sindicância da APEA tinha intenções semelhantes às da principal entidade carioca (a saber, mostrar aos jogadores que deviam estar efetivamente estudando ou trabalhando para serem aceitos como amadores e que qualquer outra situação, inclusive de recebimento de salário⁵, indeferiria sua inscrição junto à associação), porém com um procedimento diferente em que a decisão da Comissão não era absoluta e irrevogável, dando assim a impressão de ser “mais democrático” (1990, p. 122).

Todos os Conselhos da APEA tinham poder de decisão maior sobre os clubes com relação aos procedimentos da LPF, pois suas resoluções dos aspectos específicos abordados por cada um deles eram revogáveis apenas pela Diretoria, sem possibilidade de se entrar em outras instâncias internas, enquanto na LPF para haver maiores sanções era preciso passar pelo escrutínio das Assembléias Gerais. Como exemplo de como funcionava a ação da APEA perante os clubes, toma-se edição do jornal A Gazeta de 9 de maio de 1921 onde há uma seção inteira com as últimas resoluções da diretoria da APEA em relação a diferentes demandas surgidas junto à entidade:

- Indeferimento de inscrição de clube na Segunda Divisão (Flor do Ypiranga) sem maiores explicações sobre seu processo
- Previsão de multa (10 mil réis) para inscrição errada de nomes dos jogadores nas súmulas
- Punição da Comissão de Justiça da APEA a “juiz de linha” (“bandeirinha”, ou assistente de arbitragem) sócio da Portuguesa/Mackenzie que atuou em jogo deste contra o Santos
- Não autorização de amistoso do São Geraldo (membro da APEA e integrante da Segunda Divisão) contra o Puglisi, clube não filiado à APSA (Associação Paulista de Sports Athléticos – liga amadora de elite incorporada à APEA)
- Resoluções da Comissão de Sindicância quanto ao deferimento da inscrição de atletas (5 do Paulistano; 2 de Santos, Minas Geraes, Palestra Itália, AA São Bento e Sírio); ou seu indeferimento (1 do Santos e 1 do SC Internacional) segundo os critérios da entidade, além de chamada a comparecimento de outros jogadores (21 no total) à sede da APEA para esclarecimento de suas situações

Não obstante todas essas maneiras de organizar os clubes, os filiados à APEA eram subdivididos em quatro categorias – “fundadores”, “efetivos”, “associados” e “reconhecidos”, enquanto na LPF eles eram classificados apenas como “filiados” e “coligados”. Essas categorias tinham a ver não apenas com a posição de importância de cada clube dentro das federações mas também com o campeonato que disputavam, se de “primeira” ou “segunda série” (divisão), visto que

⁵ Segundo Waldenyr Caldas, havia por parte da APEA no início dos anos 30, quando o profissionalismo pareceu cada vez mais inevitável, uma tolerância maior para que “amadorismo e profissionalismo coexistissem” devido ao “grande número de jogadores que já recebiam salário do seu clube ainda na fase do amadorismo” (1990, p.119/121)

os critérios para que os clubes jogassem um ou outro torneio dependiam desse nível de hierarquização previamente estabelecido e do comprometimento deles para com a associação a qual faziam parte. Diferente da LPF, que no artigo 1º do seu estatuto previa que os clubes da “segunda série” seriam apenas “*supplementares* (aos da) primeira” – ou seja, sem nenhuma garantia por parte da federação de que fossem um dia ascender –, houve por muito tempo na APEA uma regra que condicionava o acesso à Primeira Divisão a um debate entre os membros da federação⁶, com esse acesso condicionado à aprovação dos membros efetivos a federação naquele momento.

Esse precedente foi aberto pela APEA a partir do acontecido com a LPF na sua tentativa de organização do campeonato de 1916, que terminou sem conclusão pelo fato de haver uma disputa entre as duas federações sobre qual delas abrigaria o Corinthians, clube que naquele momento já estava na divisão de elite da LPF e que com o fim da federação acabou incorporado à APEA, ainda que a contragosto de clubes como o Paulistano. A popularidade que o clube já tinha naquele momento era basicamente medida não apenas pelo número de “*supporters*”, mas também pelo número de sócios arregimentados até ali. O Corinthians era um clube que entendia sua função como agremiação social assim como hoje, dependendo do pagamento das mensalidades por parte de seus sócios para manter suas atividades sem um “caráter lucrativo”.

Porém, seu papel como associação desportiva promotora de atividades em diversas modalidades, sendo o futebol visto através do seu caráter competitivo sem desconsiderar estatutariamente os outros esportes ajudou na construção do clube para além de sua comunidade de origem. O Sírio, por exemplo, era um clube que tinha a promessa de se estabelecer como importante à cidade, além da sua ascendência com a nascente comunidade árabe recém-estabelecida em São Paulo. Porém em 1934, quando os apelos pela plena profissionalização do futebol já haviam surtido efeito, eles passaram por uma greve de 3 meses que não apenas mandou seu melhor jogador (Petronilho de Brito) para a Argentina, como também ajudou na decisão do clube de fechar seu time de futebol, fazendo-o se concentrar em esportes que ainda permaneciam amadores para preservar sua identidade.

O interesse da imprensa no início do século XX ainda estava numa disputa entre o futebol e esportes como o remo, porém em São Paulo o futebol pareceu já ter tomado uma dianteira mais nítida sobre outras modalidades por volta de 1920, pois se no Rio de Janeiro o Jornal dos Sports – primeiro jornal especializado em esportes – tenha sido fundado por Mário Filho apenas em 1931, em São Paulo o jornal A Gazeta prestigiava sobremaneira o futebol desde que Cásper Líbero ascendeu à sua direção em 1918, além de dar um espaço privilegiado para diferentes esportes⁷.

⁶ Na APEA, primeiramente apenas os clubes fundadores integravam sua Divisão Principal no primeiro campeonato por ela organizado, em 1914.

⁷ O suplemento A Gazeta Esportiva surgiu tempos depois e se tornou um jornal com tiragem exclusiva em 1947

Nesse contexto, o Corinthians parece ter sido um dos primeiros a entender que a maior distinção entre o futebol e os outros esportes era sua popularidade, passando a usar disso em seu favor. Assim, contrapondo-se à posição do Paulistano sobre o que seria “popularização” do futebol, Plínio Labriola Negreiros reitera que os motivos principais para a aceitação do Corinthians na liga “oficial” tinham tanto a ver com suas atividades como “principalmente com a competência esportiva, considerando-se como popularização uma maior interferência de amplos setores da sociedade na organização e direção do futebol oficial” (apud 2015, p. 301). Ou seja, o Corinthians usava de sua competência (já havia vencido dois títulos da LPF até os anos 1920) para angariar maior espaço na imprensa que reportava sobre futebol – abrindo assim o leque de divulgação de sua atuação para um público mais amplo – conseguindo assim angariar maior participação nas instâncias de poder.

Era com esse dividendo que o Corinthians conseguiu se colocar frente aos que eventualmente se opuseram à sua presença nos círculos da elite futebolística, coisa que a maioria dos outros clubes vindos de divisões inferiores não conseguiram naquele momento. Toma-se como exemplo outro clube de destaque nesse cenário “varzeano” como o São Geraldo. Originário da Barra Funda e reconhecido como o primeiro clube fundado exclusivamente por membros da comunidade negra em São Paulo, o São Geraldo trazia em seu bojo o modo de administração do “associativismo negro” colocado em voga após a abolição da escravatura. E tal como as associações fundadas por imigrantes com influência do sindicalismo europeu, traziam em sua sede atividades recreativas, políticas, culturais e sociais diversas para “desenvolvimento de uma identidade específica, sendo fundamental para a formação e desenvolvimento da experiência racial do grupo⁸”.

Fundado em 1917, o clube levou adiante os trâmites comuns entre os que buscavam se associar à federação da época, compondo com isso uma Diretoria e um corpo de associados que mantinham o funcionamento do clube, o que permitiu o registro em cartório e a posterior incorporação à APEA na Divisão Municipal⁹. O clube promovia atividades fora de sua sede como “festivais dançantes” em salões na Rua da Consolação e no galpão da escola de samba Camisa Verde e Branco para angariar fundos no intuito de ter material desportivo próprio. Todo esse esforço culminou em conquistas esportivas importantes, como a Divisão Municipal de 1922 – chamada naquele ano de Copa do Centenário da Independência do Brasil, o que conferiu maior imponência ao feito do clube. Contudo, tendo sido preterido de subir para a divisão de elite nas reuniões da APEA, o São Geraldo aproveitou sua fama com a conquista com amistosos fora do estado, até que em 1926 resolveu se filiar à nova Liga Amadora de Futebol – LAF – que nada mais era do que uma nova tentativa dos clubes de elite liderados pelo Paulistano de manterem-se nos mesmos moldes da finada LPF – agora com o Corinthians, já aceito entre os clubes tradicionais que ainda mantinham seus times de futebol.

⁸ Ver em “São Geraldo, 1º clube paulista fundado por negros”, in: <http://cacellain.com.br/blog/?p=97843>

⁹ como se chamava a “segunda divisão” após o fim da LPF em 1916 e incorporação dos clubes dessa federação.

Esse arranjo semelhante ao da LPF, entidade fundadora da organização do futebol de São Paulo, significava que não haveria promoção de clubes de divisões inferiores, para onde o São Geraldo foi relegado quando se filiou à LAF. Em 1928 e 1929, o clube chegou a duas finais da Divisão Intermediária, sendo vice na primeira vez contra o União Fluminense e campeão na segunda. Nenhum dos dois clubes acabou posteriormente promovido. Desse modo, poderiam ser consideradas duas categorias entre os clubes que buscavam espaço, os “promovidos” ou “desqualificados” das disputas por critérios mais subjetivos do que os que estavam evidenciados nos estatutos das entidades, como mostra a tabela abaixo que deixa evidente quais os clubes que tendo vindo de divisões inferiores acabaram aceitos em suas respectivas federações, e quais os que acabaram preteridos de ascender:

CLUBES PROMOVIDOS E DESQUALIFICADOS ATÉ 1933	
PROMOVIDOS	DESQUALIFICADOS
<ul style="list-style-type: none"> reconhecidos por serem clubes com base social consolidada, sede fixa, campo próprio e alcance de simpatizantes e sócios para além das comunidades do seu entorno ou da empresa que lhes deu origem 	<ul style="list-style-type: none"> clubes que tendo vencido divisões inferiores não foram aceitos para disputar seletiva ou promoção de divisão por terem sido barrados pelos membros fundadores e efetivos da associação principal
APEA: Corinthians, Minas Geraes/Audax, Sílex, Sírio, Cotonifício Rodolfo Crespi (atual Juventus), Primeiro de Maio - Santo André	APEA: União Fluminense, Voluntários da Pátria, AA Republica, SP Alpagatas/Albion, Estrela de Ouro, Luzitano
LAF: Sant´Anna, União Lapa	LAF: São Geraldo

Deve-se com isso levar em conta quais os critérios que haviam sido considerados para eventuais incorporações de clubes ou intercâmbios entre as divisões. No artigo 13º do estatuto da LPF, fala-se dos critérios de admissão de um clube sem especificar se este seria um clube recém-fundado postulante à associação ou se ele vinha da “segunda serie” da federação, bastando que, entre outros critérios – como possuir campo nas dimensões regulares e estar com sua documentação de fundação devidamente regularizada em cartório –, tal clube pagasse à federação a taxa de inscrição de 50 mil réis para assim ser aceito à mesma.

Já nos primeiros anos da APEA, além da aprovação dos seus membros, era preciso que o clube da divisão inferior disputasse uma seletiva com um time da Divisão Principal. Afora isso, os critérios também passaram a variar consideravelmente segundo as resoluções dos seus membros, mais preocupados em manter uma coesão interna entre seus participantes do que promover uma abertura maior para entidades cujo status ou maneiras de ver a condução elas talvez não compartilhavam. Assim, as exigências para se tornarem membros da federação foram se tornando cada vez mais explícitas – considerando que clubes que pretendiam participar das competições de elite deveriam obrigatoriamente passar antes pelas divisões inferiores – assim como também mais complexas, como mostra este artigo no estatuto da APEA redigido próximo ao fim do amadorismo:

Estatutos da APEA – Critérios para promoção

Art. 42º - Não podem ser admitidos à Divisão Principal os [clubes] que não disponham por compra, cessão ou qualquer outro título, de um campo gramado, fechado, com dimensões legais, arribancadas para o público, vestiários para os jogadores e outros requisitos regulamentares, para ser nelles disputados jogos de campeonatos.

Parapho unico – Não poderão também ser admitidos à Divisão Principal os clubes que tiverem relações de dependencia, quer directamente quer indirectamente, com estabelecimentos industriaes, commerciaes ou bancários ou que por qualquer modo servirem para propaganda desses estabelecimentos ou de seus productos ou deles tenham dependido por ligação recente.

(Folha da Manhã, 13/março/1932, p.12)

Esse artigo do estatuto da APEA evidenciava uma prática que se estabeleceu com o passar do tempo e que não poderia ser mais ignorada pelos órgãos reguladores do futebol paulista de então: o fato de surgirem em São Paulo, assim como já era corriqueiro na Argentina e no Uruguai – países próximos com um desenvolvimento adiantado do seu futebol em relação ao Brasil –, clubes ligados a empresas e fábricas surgidas no início do século XX, com a crescente industrialização no período. Esses clubes tinham maiores possibilidades de subsídio de acordo com a “capacidade (dessas empresas) de levantar fundos” e o interesse delas em fazer com que os funcionários mantivessem um “comprometimento de longo prazo com a instituição” (CHAVES, 2006, p. 22). Esse artigo foi uma tentativa de coibir esse movimento não no sentido de impedir um “desequilíbrio” de forças no torneio (afinal, somente o Paulistano foi campeão de um terço dos torneios no período amador), mas exatamente para que o poder das instituições tradicionais não fosse desafiado por times recém-criados.

Dentre os clubes que tiveram aprovação para ascender entre os membros de sua federação entre 1917 e 1929, estava o time do Minas Geraes, da região do Brás. O clube tinha um apoio mais condicionado e circunstancial comparado aos patrocínios dos times de hoje, tanto que mudou de nome várias vezes exatamente neste período, chegando a se chamar Clube Atlético Audax em 1921, Auto Sport Club em 1925 e por fim Sport Club Americano em 1927, quando era conhecido apenas como Auto-Audax, tomando emprestada a alcunha dos nomes anteriores. Pode-se dizer que essa identidade fluida deixou a APEA com um certo pé atrás com eles, pois a primeira promoção do clube foi aceita em 1918, quando ainda era Minas Geraes. Em 1921, quando já se chamava Audax, a promoção lhe foi negada, sendo deferida apenas quando ganhou novamente a Divisão Intermediária em 1924.

Este e outros clubes, mal comparando com o Corinthians, foram aceitos por já terem consigo uma base social considerada aceitável naquele momento, além do fato de que os jogadores estavam empregados em sua plenitude, o que contemplava a regra da Comissão de Sindicância do amadorismo mas se contrapunha de certa forma à resolução de acesso colocada que vetava o apoio implícito de empresas aos times, em um período histórico onde o profissionalismo já era visto de maneira iminente.

Outro clube que pode ser considerado um exemplo de dubiedade na sua relação com a APEA exatamente por esse apoio de empresas foi o Cotonificio Rodolfo Crespi, conhecido como Juventus da Moóca nos dias de hoje. O clube, após aceitação na elite da APEA em 1929, teve um impasse em relação à sua manutenção na federação por causa da regra de promoção recém-instituída que proibia participação direta de empresas nos clubes por ela promovidos. Essa atitude fez com que em um primeiro momento o clube mantivesse contato com a LAF para tentar mitigar a pressão crescente no clube pela institucionalização do profissionalismo. Entretanto, depois de seguida falta de reconhecimento por parte da CBD – Confederação Brasileira de Desportos, atual CBF –, a LAF acabou sendo oficialmente extinta no mesmo ano de 1929, e ainda que o clube tenha sido incorporado à APEA se adaptando à regra de promoção ao mudar seu nome para Juventus, pretendia-se tentar seguir um possível caminho pelo amadorismo.

Esse conflito entre visões amadorísticas e profissionais sobre o futebol também se configura nas diferentes maneiras de se lidar com a consolidação das associações, ligadas geralmente aos clubes, e das federações, que buscavam um modelo para se consolidarem em definitivo. Segundo Valed Perry (1973), associações não dependem da aprovação de um órgão centralizador, enquanto federações precisam que “seu estatuto sofra o crivo da apreciação pela confederação a que se filiar (assim como) de órgãos do governo” (p.24), passar pela aprovação do poder central do desporto ou país onde estão sediadas. Segundo essa visão, pode-se entender que caso os clubes nesse momento de transição para o profissionalismo tivessem optado por um modelo de liga entre si deixando de lado o modelo de federação usado desde a constituição do futebol no país e “cedendo parte de sua autonomia em favor de uma entidade capaz de harmonizar os interesse do grupo” (DA VEIGA; DE SOUZA, 2013, p.42), talvez o desenvolvimento do esporte de maneira autônoma e lucrativa teria se formado sem maiores problemas.

Com a definitiva instituição da profissionalização em São Paulo no ano de 1933, ao se perceberem brechas na regulação central do esporte no país, vários clubes tentaram se manter amadores mesmo almejando disputar torneios regulares. Juventus, Guarani, Ponte Preta, Club Athletico Paulista (novo nome do Antarctica após o desligamento da empresa com o clube), Hespanha (atual Jabaquara) e São Paulo Railway (atual Nacional), por exemplo, usaram a situação jurídica delicada colocada pela CBD quando desfilou a APEA como entidade representativa do futebol paulista, após essa mudança de status no regime de contratação de jogadores defendida pela entidade, para tomaram a dianteira fundando ainda em 1933 a primeira Federação Paulista de Futebol – FPF – ainda nos moldes do amadorismo.

Esse movimento se deu pelas incertezas geradas pelo contexto político do país (que passou pela Revolução de 30 que levou Getúlio Vargas ao poder) mas também dentro do que se passava no

próprio futebol paulista. O Juventus, por exemplo, chegou em terceiro lugar ao fim do primeiro turno do torneio da APEA de 1932 sem que o torneio tivesse sido concluído pela eclosão da chamada “Revolução Constitucionalista”. Assim, no ano seguinte a FPF chegou a organizar um primeiro torneio com a presença inicial de 10 clubes. Juventus, Guarani e Club Athletico Santista também iriam participar, mas por fim desistiram por ainda manterem-se filiados à APEA. Sendo assim, o Juventus em 1933 só participou de um torneio de amadores promovido pela APEA, onde atuavam os jogadores que usualmente faziam parte dos segundos times dos clubes que já haviam adotado o profissionalismo.

Estes jogadores, por não terem contratos profissionais, não poderiam disputar os torneios regulares da APEA como “aspirantes” aos times principais de seus clubes, agora que o profissionalismo já estava instituído pela entidade filiada então à nova FBF – Federação Brasileira de Futebol. Os jogos aconteciam no Parque Antarctica – campo largamente utilizado pelos clubes desde as primeiras disputas e que se tornaria o maior estádio da cidade no regime profissional até o surgimento do Estádio Municipal do Pacaembu em 1940 – com ingressos vendidos a preços simbólicos de 1 e 2 contos de réis. No mesmo estádio, os ingressos para jogos dos times profissionais tinham nesse período preços de 2, 5 e 10 contos de réis.

Um dos motivos porque não houveram clubes do interior durante o período amador era que a APEA tinha um torneio separado para essas equipes desde 1919. Esse campeonato era organizado em diretórios autônomos à APEA, divididos em diversas zonas do estado porém ligadas a ela, com representantes eleitos por seus participantes para definição do regulamento e resoluções de questões durante o torneio, com o campeão saindo do cruzamento entre os vencedores das diversas zonas. E após a definição do campeão do interior ela promovia a Taça Competência com o campeão do torneio da capital. Mas a disputa foi sendo abandonada pelo crescente desinteresse, pois os times do torneio principal venceram os do interior em todos os anos de disputa da Taça, e pelos conflitos que a filiação a uma ou outra federação causavam indefinição à disputa. Em 1933, o Palestra Itália disputou a Taça Competência contra o vencedor de uma disputa entre Portuguesa Santista e Guarani (este reincorporado à APEA) ao invés de jogar contra o campeão do interior (XV de Piracicaba).

Em 1934, o torneio da FPF cresceu chegando a contar com 14 times (2 desistiram em meio ao torneio), com a novidade do Torneio do Interior com 5 clubes para tentar mostrar capacidade organizativa semelhante à da APEA. O Juventus jogou com o nome “fantasia” de Club Athletico Fiorentino pela divisão de sua filiação nas duas entidades e acabou como campeão do torneio amador¹⁰, mas a cisão causada pela divisão entre as duas ligas naquele momento criou um novo impasse quando a que era ainda amadora resolveu se render ao regime profissional em 1935. Essa confusão fez com que a própria FPF indicasse seu campeão (Albion) para a Taça Competência para ao

¹⁰ Ver em “CA Juventus – O Campeão Paulista Oficial de 1934”, in: <http://cacellain.com.br/blog/?p=33000>

final este clube não enfrentar o Mogi Mirim (campeão do interior pela APEA) na decisão. Sendo assim, o Juventus voltou em 1935 junto com Hespânia e CA Paulista aos torneios de elite pela LPF, federação fundada com nome emprestado da primeira federação paulista após a incorporação da FPF.

Outro caso curioso para falar das incongruências e ambiguidades desse período entre o amadorismo e o profissionalismo é o que se deu com o Clube Athletico Albion. Fundado em 1918 como Associação Atlética São Paulo Alpargatas, era a representação em campo da empresa que lhe trazia o nome. Tendo vencido a Divisão Intermediária em 1931, o time não conseguiu ascender graças à regra de promoção instituída pela APEA contra os clubes ligados a empresas. Sendo assim, o clube aproveitou a paralisação geral das atividades futebolísticas pela Revolta de 32 para mudar de nome para Clube Athletico Albion, homenageando a origem britânica dos Fraser (família de imigrantes escoceses que abriram a empresa). A mudança de nome, documentada pelo jornal A Gazeta em 6 de julho de 1932, estava condicionada a uma “separação das caixas recreativa e beneficente (do clube e da empresa), como ainda o desligamento da sociedade com a empresa que lhe empresta o nome¹¹”, ressaltando que a partir dali “o *club* de ora em diante nada tem de *commum* com a fábrica Alpargatas.”

Esse destaque à alegada separação entre os entes esconde de certa forma o fato de que eles não estavam tão distantes entre si a partir dali. Na diretoria empossada no processo de mudança de nome (*Presidente, Vice, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiro, Conselho Fiscal*), os mais altos cargos foram escolhidos entre pessoas oriundas da empresa. O presidente eleito do clube, Stanley Herbert Smith, estava no momento de sua escolha ainda em exercício da função de Diretor Superintendente na Alpargatas – cargo abaixo apenas do Presidente no organograma da empresa. Essa questão acabou suscitando um afastamento posterior do mesmo do seu cargo no clube, passando a presidência para seu vice Antonio Villas Bôas. Com isso, o Albion era conhecido na imprensa como “o clube de Villas Bôas”, para se tentar reforçar essa dissociação.

Essa insegurança jurídica causada pela relação entre a fábrica Alpargatas e o clube Albion não foi vista com bons olhos na APEA, tanto que mesmo tendo vencido novamente a Divisão Intermediária em 1932 o clube novamente não foi promovido. A última cartada do Albion na tentativa de ingressar nas divisões de elite do futebol se deu na “refundação” da LPF em 1935, após a incorporação da primeira FPF e a plena institucionalização do profissionalismo. Reportagem de A Gazeta no dia 31 de março de 1936¹² mostrava bem os meandros envolvidos em toda essa iniciativa, ao relatar a intenção de se construir num espaço de dois meses arquibancadas para 40 mil pessoas em um campo da Rua São Jorge, próximo à sede social do Corinthians no exorbitante valor de 150 mil contos de réis para então se garantir essa promoção.

¹¹ Ver em “A.A. SP Alpargatas passa a se chamar C.A. Albion”, in: <http://cacellain.com.br/blog/?p=106159>

¹² Ver em: “Melhorias do campo do CA Albion”, in: <http://cacellain.com.br/blog/?p=95341>

Entretanto, as questões políticas pareciam predominar sobre os aspectos econômicos. A reportagem, como se falasse em nome do clube, colocava que “o Albion não se valia de proteções e apadrinhamentos” e que “devido a uma política esportiva de aldeia que sempre imperou no esporte paulista, sempre foi esbulhado nos seus direitos (de ascender à elite)”, relatando inclusive o que seria um desdém da LPF para com o clube, pelo fato de seis dirigentes da federação convidados para a apresentação do plano de construção do estádio sequer terem comparecido à cerimônia. Mesmo com esse posicionamento belicoso para com a nascente federação, o poder econômico do Albion naquele momento acabou por fazer a LPF permitir sua promoção à elite em 1936.

O time fez um primeiro turno razoável, ficando em nono lugar entre doze equipes, tendo vencido apenas o Palestra Itália e o São Paulo por 1x0 (além de ter sofrido um 9x0 do Santos). Após isso, o clube acabou por desistir do segundo turno por problemas financeiros causados pelo impasse no financiamento não concluído da construção de seu estádio, o que levou a uma verdadeira hecatombe no clube: seu primeiro presidente, Stanley Herbert Smith, se afastou em definitivo de suas funções na Alpargatas acabando com qualquer possibilidade de apoio da empresa ao Albion, fazendo assim com que o clube dissolvesse seu time se retirando em definitivo das disputas de futebol profissional. O Luzitano, outro clube inicialmente preterido e que foi aceito na elite a partir de 1936, chegou a jogar 3 temporadas ficando sempre em último lugar na classificação geral, desistindo de vez a partir de 1939.

Essa tratativa falida entre clubes que se sentiam sem respaldo político de uma federação que aparentemente protegia membros mais tradicionais se dava pelo fato de que muitas dessas entidades ainda não haviam se adaptado totalmente às novas maneiras de se organizar o futebol. Para Perry, na nova estrutura do futebol profissional, “o presidente da entidade ou associação desportiva exerce uma função executiva, sendo portanto um poder independente da diretoria a que integra.” (1973, p.35). Além disso, qualquer aprovação de estatuto de associação ou sua mudança poderia ser feita por um Conselho da entidade, enquanto em uma federação isso seria subordinado a aprovação de Assembleia Geral. Daí depreende-se que a celeuma causada pela hesitação do clube Albion quanto à composição de sua diretoria e a falta de flexibilidade da LPF em aceitar o investimento de clubes como esse dentro de sua estrutura poderia ser resolvida de outra forma se o órgão central do desporto naquele momento tivesse maior segurança nas suas proposições para organização desse cenário.

Isso se adequa ao fato de que, na transição do amadorismo ao profissionalismo, poucos clubes tinham na composição de suas diretorias um Conselho Deliberativo para decisões executivas delicadas, fazendo com que se tornassem constantes as chamadas de sócios para Assembleias Gerais inviabilizando grandes mudanças e decisões que necessitavam de maior consenso. A composição padrão desse Conselho Deliberativo seria de um terço formado por sócios, escolhidos em votações separadas e abertas, e dois terços de constituintes independentes do organograma do clube.

Nesse contexto, saíram-se melhor os que constituíram esse conselho logo que se profissionalizavam, deixando à Assembleia decisões outras previstas em estatutos e à Diretoria as questões administrativas mais imediatas. O São Paulo Futebol Clube é um exemplo a se considerar nesse sentido. O clube passou por um impasse bastante semelhante ao dos clubes menores, pois havia sido fundado em 1930 a partir de membros do Paulistano e da AA das Palmeiras que não queriam se manter no amadorismo e buscavam uma estrutura diferenciada e mais próxima ao profissionalismo para consolidarem sua ideia de clube de futebol. Com grande força econômica, além da política – por ter entrado diretamente na elite sem necessidade de jogar as divisões inferiores – o clube ganhou um título estadual em 1931 já tendo desde a sua fundação um Conselho Deliberativo constituído, formado por muitos dos sócios fundadores em conjunto com outros membros convidados pela Diretoria para comporem sua estrutura. Ainda assim, disputas dentro do próprio clube quanto à administração desse processo de profissionalização levaram a um processo reconhecido de falência do clube em 1935, fazendo com que para prosseguir nas disputas da LPF ele se fundisse ao Clube de Regatas Tietê, que nunca disputou competições profissionais de futebol.

A institucionalização do Conselho Nacional do Desporto (CND) em 1941 através do Decreto-Lei n. 3199/41, dizendo que “qualquer federação fica subordinada à sua homologação pela federação principal do desporto “futebol” no país (a CBD) e ao órgão federal correspondente (no caso, o MEC - Ministério da Educação e Cultura), ajudou muito na consolidação do profissionalismo no país. O CND regulamentou que a questão da importância do voto unitário (uma pessoa = um voto) ou plural (um grupo = um voto) nas decisões de uma associação ou federação dependeria da dinâmica de cada entidade. Para Perry, melhor seria considerar que “os iguais são iguais entre si” (1973, p.36), ou seja, um único grupo hierarquicamente superior votando em unidade decidiria mais e melhor em conjunto com outros grupos, fazendo assim uma defesa do voto plural para tomada de decisões.

Porém, até se chegar ao CND em 1941, como mostra a tabela abaixo, viveu-se um limbo nas instâncias reguladoras do esporte nacional desde a institucionalização jurídica do profissionalismo em 1933, pela grande centralização na enorme estrutura do MEC e pela falta de ambiente para iniciativas que fugissem ao modelo estabelecido de composição das associações e federações locais no país:

PRIMEIRO PERÍODO DO DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DESPORTIVO NO BRASIL
➤ 1938 – criação do Conselho Nacional de Cultura, primeiro órgão governamental a cuidar da administração do desporto nacional
➤ 1939 – apresentação do plano geral de regulamentação do esporte
➤ 1941 – aprovação do Conselho Nacional do Desporto
➤ 1942 – criação do Conselho Nacional do Desporto
➤ 1945 – criação de órgão fiscalizador das finanças das entidades desportivas e dos empréstimos governamentais a elas

Fonte: DA VEIGA; DE SOUZA (2013)

Sendo assim, ainda hoje considera-se necessária a existência de uma instância reguladora para os clubes levarem adiante seus próprios modos de administração. Ainda que se tenha visto que desde a institucionalização do profissionalismo havia uma outra forma possível de organização, com formação de uma associação própria em formato de liga, os clubes paulistas e brasileiros sentem ainda falta de uma federação que sugira os rumos os quais deveriam tomar as competições das quais participam, visto que esta estrutura parece a eles demasiadamente confortável nos modos de gerirem o futebol desde sempre.

A segunda fundação da Federação Paulista de Futebol em 1941, no bojo da regulação determinada pelo CND, apenas parece reforçar a ideia deles de que as estruturas já existentes deveriam ser de alguma forma preservadas, não reformadas desde a sua base, fazendo com que os clubes procurassem se questionar apenas quanto à busca por sócios em suas associações desportivas. Ainda que desde muito tempo elas também sejam agremiações sociais de relevância, tem um papel que poderia – e ainda pode – se tornar ainda mais relevante além do modelo associativo "não lucrativo" vigente até hoje, que pode ter ajudado a manter um aspecto estruturalmente híbrido quanto ao caráter profissional dessas agremiações além de não ter resolvido os impasses do profissionalismo.

BIBLIOGRAFIA:

CALDAS, Waldenyr; *O Pontapé Inicial – Memória do Futebol Brasileiro*. São Paulo, Ibrasa, 1990

CHAVES, Alexandre Farias; *Desafios da Longevidade Saudável: Um Estudo de Caso na São Paulo Alpargatas S.A.* Rio de Janeiro, UFRJ, 2006

DA VEIGA, Maurício de Figueiredo Corrêa; DE SOUZA, Fabrício Trindade; *A Evolução do Futebol e das Normas que o Regulamentam: Aspectos Trabalhista-Desportivos*. São Paulo, LTR Editora, 2013

DOS SANTOS, Joel Rufino; *História política do futebol brasileiro*. Coleção Tudo é História. São Paulo, Brasiliense, 1981

GAMBETA, Wilson; *Primeiros Passes – Documentos para a História do Futebol de São Paulo (1897- 1918)*. São Paulo, Attar Editorial, 2014

MACHADO DA SILVA, Diana Mendes; Fútbol Aficionado, Asociacionismo e Inmigración en São Paulo a comienzos del siglo XX: El caso de la Asociación Atlética Anhanguera.in: Revista Alesde, Curitiba, v.4, n.2, p. 32-45, setembro 2014

MACHADO DA SILVA, Diana Mendes; Entre o ethos aristocrático e o associativismo: futebol amador e competência esportiva na cidade de São Paulo (1920-1930), in: Revista História Unisinos, n. 19(3), p.293-302, setembro/dezembro 2015

PERRY, Valed; *Futebol e Legislação Nacional e Internacional*. Rio de Janeiro, Imprensa, 1973